

-----ATA Nº 13-----

---Aos doze dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um pelas dezoito horas, reuniu-se em Assembleia Ordinária, no Auditório da Escola EB 2,3 de Santo António, sito na Rua Reitor Teixeira Guedes, número 72, desta cidade, a Assembleia de Freguesia, convocada no dia cinco de abril de dois mil e vinte e um, pelo Excelentíssimo senhor Presidente, Joaquim Eduardo Gonçalves Teixeira, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 11º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**Ponto Um** - Período antes da ordem do dia;-----

-----**Ponto Dois** - Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público;-----

-----**Ponto Três** - Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2020;-----

-----**Ponto Quatro** - Discussão e aprovação da 1ª revisão Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa de 2021 e ao Plano Plurianual de Investimento de 2021;-----

-----**Ponto Cinco** - Apreciação da Informação escrita do Presidente acerca da atividade e situação financeira da União de Freguesias de Faro (Sé e S. Pedro)-----

-----**Ponto Seis** – Apreciação de atas referentes a reuniões anteriores.-----

-----À hora de início dos trabalhos estavam presentes dezassete dos dezanove membros eleitos na reunião de Assembleia, nomeadamente: PSD - Michael Ferrada; Ezequiel Canário, Luciano Santos, Paulo Botelho; Delmira Silva; Luís Gabadinho e Florêncio Pereira Vargues. PS- Joaquim Teixeira, Sandra Teixeira, Adérito Silva, Guilherme Portada, Ana Santos, Duarte Silva e Ricardo Mariano; CDS-PP – Armanda Manjua Leal e Isaura Guerra; CDU – Rui Ribeiro, faltando um membro da bancada do PS e um membro da bancada do BE – Joaquim Gomes, que justificou a sua falta não se fazendo no entanto substituir. De referir que o membro Maria João Ribeiro (PSD) fez um pedido de substituição tendo sido substituída pelo membro Florêncio Vargues (PSD) e que o membro André Teixeira (PS) fez-se substituir pelo membro Ricardo Mariano (PS).-----

-----O senhor Presidente da Assembleia começou por ler resumidamente o expediente remetido ao seu cuidado e ato contínuo, o senhor Presidente da Assembleia apresentou a ordem de trabalhos:-----

---- De seguida, o Presidente da Assembleia declarou formalmente a entrada no ponto um da ordem de trabalhos, referindo que existia vários votos de louvor e de pesar, bem como uma moção.-----

-----Ato contínuo, convidou o membro Paulo Botelho (PSD), o primeiro subscritor da **Moção “ Não ao aumento da Água no Algarve”**, a apresentá-la.-----

-----Paulo Botelho refere que a água não é um produto comercial como outro qualquer, mas um património que deve ser protegido, defendido e tratado como tal, segundo o Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000, referente ao quadro da Água da União Europeia. A água, assim como o Sol, é um recurso natural indispensável à vida no planeta e um garante insofismável para a qualidade de vida do ser humano, possuindo um inegável valor económico, ambiental e social, fundamental à sobrevivência do Homem e dos ecossistemas do nosso planeta. De uma forma muito simples, a água potável é um recurso finito e limitado. Apesar do Planeta Terra ser composto por 70% de água, neste momento, apenas 0,05% da água do mundo é potável e disponível para ser consumida por nós e todas as outras espécies que nele habitam.-----

-----Sendo um recurso finito e limitado, essencial para a nossa sobrevivência, e com cada vez mais população e secas extremas, torna-se essencial adquirir hábitos de poupança



de água e saber armazenar e conservar este que é o recurso mais precioso que a humanidade conhece. Segundo o relatório da ONU, Portugal, num futuro muito próximo, será um dos países mais afetados pelas alterações climáticas. O Algarve é uma região de matriz mediterrânea exposta a um conjunto de vulnerabilidades climáticas, que tem vindo a ser acentuadas pelo processo de alterações climáticas que tem vindo a marcar as últimas décadas, com consequências no aumento da temperatura, sucessão de secas, ondas de calor cada vez mais frequentes e intensas, aumentando exponencialmente a pressão sobre os recursos hídricos da região, realçando a deficiência hídrica, como estrutural, conforme reconhece o PIAAC - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (junho de 2020), realizado pela AMAL.-----

-----O PREHA - Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, apresentado em setembro de dois mil e vinte, realça “o agravamento da situação crítica que se verifica em toda a região do Algarve, tanto em termos meteorológicos, com temperaturas acima da média e precipitação muito abaixo da média, como em termos de disponibilidades hídricas (...), tornou imperativa a definição imediata de medidas”. Ignorando, por completo, as conclusões do PIAAC e, via APA – Agência Portuguesa do Ambiente, é contratada uma equipa de especialistas para elaborarem um Estudo de Viabilidade das Medidas a longo prazo, composta por Pedro Cunha Serra, António Carmona Rodrigues e Rodrigo Proença de Oliveira. Desse estudo resultaram essencialmente duas soluções, cuja necessidade fica por provar, mas com impactos ambientais e económicos muito elevados: a condução de água do Pomarão e a construção de centrais de dessalinização.-

-----Apesar das dúvidas que estas soluções suscitam a muitos de nós, a maior parte dos algarvios recebeu a notícia de um investimento de cento e vinte milhões de euros na região com grande gaudio. A surpresa surgiu dias depois com a afirmação, em tom de aviso, do ministro do Ambiente e das Alterações Climáticas, João Pedro Marques Fernandes, “que vai haver um aumento da água no Algarve, mas o aumento nunca será muito significativo”, de forma a sustentar projetos de eficiência hídrica na região, aumento que “não será grande” mas que será suportado também pelos grandes consumidores da agricultura e golfe, deixando muitos algarvios perplexos com o esquecimento a que têm sido votados ao longo de sucessivos governos, o que é inaceitável e de difícil compreensão. Não nos parece razoável que o Algarve, região tragicamente abalada pela crise, apenas beneficie de 1.5% do PRR que deixa de fora uma série de investimentos ambicionados pelos algarvios há décadas, como o Hospital Central do Algarve, e outros, quando representa cerca de 5% do PIB nacional e, naquilo que beneficia, ainda tenha que o custear via aumento do preço da água.-----

-----Como poderão os algarvios compreender que um conjunto de obras de extrema importância para a diminuição das assimetrias regionais e sobrevivência da região, integralmente pagas com fundos europeus, sejam o único projeto inscrito no PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, onde o governo pretende aplicar o princípio do utilizador-pagador, sendo os restantes projetos, noutros pontos do país, assegurados pelo Orçamento de Estado?-----

-----Pelo exposto, os eleitos da Bancada do PSD propõem à Assembleia da União de Freguesias de Faro que se manifeste contra o anunciado aumento da água na região algarvia.-----

-----Após a apresentação, o membro Guilherme Portada (PS) pede para intervir para referir que o PSD tem por hábito apresentar moções incongruentes a falar de temas regionais ou mesmo nacionais, esquecendo-se do que se passa no seu próprio concelho,

nesto caso concreto com a FAGAR que é a entidade que gere a água de abastecimento em Faro. Refere, que a FAGAR tem lucros significativos e mesmo assim apresenta uma taxa de perdas de água elevadas, acima dos 20%, estando a haver constantemente ruturas e fugas de água desde o Modelo à Rotunda Gulbenkian e noutras partes da cidade e está na altura, da FAGAR pegar em parte dos seus lucros da ordem de 2 milhões no ano 2019. Questionou sobre o plano de investimento de 2013/2017 e potencial investimento na modernização e renovação da sua rede de abastecimento de forma a oferecer um serviço de qualidade ao cidadão Farenses. Mencionou igualmente a potencial extinção da Fagar? Pois o plano de investimento da Fagar igual à "zero", tendo questionado a bancada do PSD, se alguém tem conhecimento desse plano?-----

-----O membro Paulo Botelho (PSD) manifestou em título de resposta que lamentavelmente, os problemas estruturais no Algarve, mantêm-se e que a defesa da água é um direito de todos e um bem público que deve ser custeado pelo Estado, e não pela população.-----

-----O membro Rui Ribeiro (CDU), refere que infelizmente, mais uma vez fica demonstrado que todos os investimentos que são feitos não devem ser os algarvios a pagar os altos investimentos do Estado, mas sim, pelos grandes grupos económicos que exploram os Campos de Golfe e as grandes explorações agrícolas, responsáveis pelo consumo significativo de água no Algarve.-----

-----O membro Adérito Silva (PS) fez uso da palavra para explicar a falta de água a nível do Algarve, pois vivem-se situações problemáticas de ordem climático com secas contínuas, sendo que dado o seu conhecimento como técnico na área agrícola, os consumos de água que de Campos de Golfe, que de pomares de citrinos e mais recentemente de abacates, com consumos de água semelhantes, onde a eficiência do sistema de regas em muitas destas explorações é uma das maiores prioridades, fazendo referência à gestão do consumo da água em zonas como a cultura do Olival no Alentejo com gestão eficiente da água com sistema de irrigação "gota à gota", proveniente da Barragem do Alqueva e outras explorações agrícolas eficientes, como cultura do Amendoal em gestão de cultura intensiva. Igualmente é da opinião que buscar água ao mar por meio de centrais de dessalinização é um desperdício económico, pois não é funcional.-----

-----O membro Sandra Teixeira (PS) fez uso da palavra como pessoa especializada na área do ambiente na região Algarvia, explicando que a implementação das centrais de dessalinização é um grande erro, onde há grandes interesses económicos nacionais envolvidos, sendo unidades dispendiosas onde os próprios resíduos gerados por estas centrais, têm um enorme impacto negativo no ambiente, principalmente na contaminação da água do mar e respectiva flora e fauna. Seria mais relevante e funcional a condução da água da zona de Pomarão para a barragem mais próxima. Manifestou igualmente preocupação na fuga da água da rede de distribuição, representando valores acima dos 20%.-----

---- O membro Paulo Botelho (PSD) fez uso da palavra, referindo que alguém anda com os bolsos rotos e as moedas perdem-se. Manifestou-se indignado quanto ao aumento do custo da água questionando sobre o porquê de soluções desconhecidas, não sabendo porque a DIAAL não é investigada, segundo estudo sobre pressão e consumos da água, sem estudos de impacto ambiental e fornecimento, com iniciativas em cima do joelho.

AS 13

-----Não se registando mais inscritos, a moção foi colocada a votação tendo sido **aprovada por maioria com dez votos a favor** (7 PSD, 2 CDS, 1 CDU) e **sete abstenções** (7 PS).-----

-----Seguidamente, o membro Ezequiel Canário (PSD), apresentou um **voto de louvor ao Treinador José Eduardo Sousa Uva e à sua atleta Patrícia Mamona**. Ezequiel Canário referiu que, José Eduardo Sousa Uva, nascido a 5 de fevereiro de 1970, em Faro, concluiu a Licenciatura em Educação Física e Treino Desportivo com Especialização em Atletismo, em 1993, pela Universidade do Porto, em particular nos saltos, sendo o responsável pela orientação técnica de vários atletas do Sporting Clube de Portugal. Em 2010, passou a desempenhar as funções de Coordenador da Academia do Sporting, que foi criada nessa altura. Em 2020, recebeu o prémio de treinador do ano no setor de saltos e provas combinadas, da Associação dos Treinadores de Atletismo de Portugal (ATAP Atletismo), com o apoio da Federação Portuguesa de atletismo.-----

-----O farenses José Uva, treinador da Patrícia Mamona há mais de duas décadas, tem tido um papel crucial no percurso de excelência da atleta Patrícia Mamona, recheada de títulos, a qual se tornou, no passado dia 7 de março de 2021, em Torun (Polónia), Campeã Europeia de Triplo Salto em Pista Coberta com novo recorde nacional de 14,53m.-----

-----Após a apresentação e dado não existir inscrições, este voto de louvor foi colocado a votação tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----De seguida, o presidente da Assembleia, leu o **voto de pesar referente ao Fernando Dourado de Almeida**, membro desta Assembleia de Freguesia que faleceu em meados do mês de dezembro.-----

-----Homem de causas e de grande espírito cívico, dedicou grande parte da sua vida à causa pública. Fernando Dourado de Almeida era atualmente membro efetivo da Assembleia de Freguesia tendo, também, exercido funções de Secretário do Executivo desta Junta de Freguesia entre os anos de 2001 a 2017.-----

-----Após a apresentação e dado não existir inscrições, este voto de louvor foi colocado a votação tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----Ato contínuo, o presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Ezequiel Canário (PSD), para apresentar um **voto de pesar referente ao Falecimento de Bento Serra**.-----

-----Bento Serra dedicou grande parte da sua vida à Cultura e cidadania, tendo sido delegado da Direção Regional de Cultura do Algarve de 1992 a 1997, Diretor de Departamento na CMF e professor convidado na Universidade do Algarve. Atualmente desempenhava as funções de presidente da Direção da ARPI - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Faro.-----

-----Após a apresentação e dado não existir inscrições, este voto de pesar foi colocado a votação tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----Ato contínuo, o presidente da Assembleia deu a palavra novamente ao membro Ezequiel Canário (PSD) para apresentar um **voto de pesar pelo falecimento de Inverno Amaral**.-----

-----Inverno Amaral iniciou a sua carreira no desporto automóvel em 1975, no Rallye da Camélias, ao volante de um Datsun 1200 GX. No ano seguinte começou a participar no Rally do Algarve, inicialmente com um Datsun 1200 e depois com um Ford Escort RS 2000. Competiu depois num troféu da marca francesa Rally do Algarve, ao volante de um Visa. Em 1980, alcançou o título nacional na modalidade de PopCross. Em 1983 ganhou o Troféu Citroën Visa de ralis e voltou a marcar presença no Rally do Algarve,

tendo ficado em segundo lugar e nesse ano recebeu o Troféu Citroën Visa de Rallys. Em 1987 atingiu o ponto mais elevado da sua carreira, quando foi campeão nacional de rally, conduzindo um Renault 11 Turbo de Grupo A. Nesse ano também ficou em primeiro lugar no Rally do Algarve. Posteriormente participou no Troféu e Campeonato Nacional de Todo-o-Terreno como piloto oficial da Nissan. Em 1994 concorreu pela última vez no Rally do Algarve, ao serviço da Renault Portuguesa, tendo conduzido um Clio 16V.-----

----Após a apresentação e dado não existir inscrições, este voto de pesar foi colocado a votação tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

---- Ato contínuo, o presidente da Assembleia leu o voto de pesar pelo falecimento de Fernando Luís Ventura Rodrigues, ocorrido no passado dia 7 de Fevereiro, tendo o mesmo dedicado grande parte da sua vida ao associativismo desportivo, como dirigente do Sport Faro e Benfica durante várias décadas, clube do qual foi Presidente por 3 mandatos, sendo que o Presidente da Assembleia reconheceu que o Fernando Rodrigues, mais conhecido pelo "Maçarico", foi um homem simples, um homem do Povo pela sua simpatia, sua experiência e amor que tinha pelo próximo.-----

---- Após a apresentação e dado não existir inscrições, este voto de pesar foi colocado à votação tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

----Após a apresentação destes quatro votos de pesar o presidente da Assembleia pediu um minuto de silêncio em suas memórias.-----

----Esgotado o ponto um, passou-se para o ponto dois, onde o presidente da Assembleia questionou o público presente se tinha alguma questão ou considerando a colocar à Assembleia, o que não veio a suceder-se.-----

----Assim, passou-se para o ponto três da ordem de trabalhos tendo o presidente da Assembleia dado a palavra ao presidente do executivo da Junta de Freguesia, Bruno Lage, para apresentar os documentos em causa.-----

----O presidente do executivo referiu que, com a licença do presidente da Assembleia, a nota explicativa seria feita em duas partes. A parte um, referente às atividades desenvolvidas durante todo o ano de dois mil e vinte seria apresentada por ele enquanto que a nota explicativa referente às contas seria apresentada pela Sr.ª tesoureira Elisabete Vargues.-----

----Assim, o presidente Bruno Lage explicou que o presente relatório de gestão acompanha a prestação de contas de dois mil e vinte e que neste documento, que todos receberam, é apresentado as principais iniciativas levadas a cabo pela União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro) durante o ano dois mil e vinte, assim como a situação financeira da freguesia, em conformidade com a Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro e a alínea e), do número 2, do artigo nº9, da Lei nº975/2013, de 12 de Setembro. Com vista à transparência das atribuições desta autarquia, pretende-se evidenciar o que foi feito e em prol de quem foi feito. De referir que o ano de dois mil e vinte foi um ano atípico em que as atividades desenvolvidas se revestiram de adaptações em virtude do Estado de Emergência decretado em março.-----

----A dezoito de março de dois mil e vinte, o país viu decretado o Estado de Emergência, na sequência da qualificação, a onze de março, da emergência de saúde pública, por parte Organização Mundial de Saúde. Considerou esta entidade que a pandemia internacional constituía uma calamidade pública, pelo que deviam os Estados decretar políticas que mitigassem os efeitos da doença COVID-19.-----

-----Face a esta realidade e à evolução rápida desta doença no seio da União Europeia, foram já adotadas, em Portugal, diversas medidas de contenção, as quais foram, de imediato, promulgadas pelo Presidente da República, tendo sido, primeiramente, declarado o Estado de Alerta, ao abrigo do disposto na Lei de Bases da Proteção Civil. Contudo, à semelhança do que foi acontecendo por toda Europa, tornou-se necessário reforçar a cobertura constitucional, a medidas mais abrangentes, necessária à adoção de medidas para combater esta calamidade pública, razão pela qual o Presidente da República entendeu, a dezoito de março, declarar do Estado de Emergência.-----

-----Neste sentido foram adotadas medidas de forte restrição de direitos e liberdades, em especial no que respeita aos direitos de circulação e às liberdades económicas, procurando prevenir a transmissão do vírus e conter a expansão da doença. A declaração do Estado de Emergência veio reforçar a cobertura constitucional a medidas mais abrangentes, necessárias para combater esta calamidade pública, conferindo, às medidas que se traduziram em limitações de direitos, liberdades e garantias, “o respaldo Constitucional que só o estado de emergência pode dar, reforçando a segurança e certeza jurídicas e a solidariedade institucional” (Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020).-----

-----O presidente Bruno Lage, de forma a não ser muito exaustivo sublinhou os pontos mais relevantes de todo o relatório de atividades, apontando setenta e duas iniciativas e projetos executados por esta Junta de Freguesia, catorze deles específicas no combate ou na minimização dos efeitos da COVID-19 junto da população. Referiu que durante este ano foram impressas cinco publicações da União das Freguesias de Faro, nomeadamente o Guia Fotográfico, os Anais da União das Freguesias 2018, os Anais da União das Freguesias 2019, o Guia das Árvores de Faro e Faro – Terra Mãe, realçando também o facto de ter sido produzido o vídeo promocional da Freguesia “Um território a Descobrir!”. Foram apoiadas financeiramente quarenta associações ou clubes da freguesia e vinte e cinco associações contaram com o apoio do empréstimo de carrinhas e apesar das fortes restrições à realização de eventos ainda foram vinte e uma associações a terem o apoio logístico referente ao empréstimo de mesas, bancos ou tendas. Costumavam ser mais de cem! Referiu ainda que este ano foram intervencionados mais de quinhentos bancos de jardim/urbanos e que a União das Freguesias de Faro tem agora à sua responsabilidade cerca de duzentos e oitenta mil metros quadrados de espaços verdes para serem mantidos. Após a explanação, foi dada a palavra a sr.ª Tesoureira que apresentou as contas referentes ao ano civil de dois mil e vinte, começando por fazer referencia ao facto de o valor recebido por esta autarquia ter sido de 1 757 325,82€ (um milhão, setecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e vinte e cinco euros e oitenta e dois cêntimos). Deste valor, 1 057 734,82€ (um milhão, cinquenta e sete mil, setecentos e trinta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos) foi receita corrente, 85 000€ (oitenta e cinco mil euros) foi receita de capital, proveniente do acordo Interadministrativo existente com o Município de Faro e 614 591€ (seiscentos e catorze mil, quinhentos e noventa e um euros), é referente ao salto gerência do ano de 2019.-----

-----Fazendo uma análise às rubricas da receita, foi evidenciado pela Sra. Tesoureira que o valor de execução orçamental destas foi superior a 99%.-----

-----No que se refere à despesa foi referido pela sra Tesoureira que o valor gasto ascendeu ao 1 014 210,75€ (um milhão, catorze mil, duzentos e dez mil euros e setenta

e cinco cêntimos), o que significa um saldo de 743 115,07€ (setecentos e quarenta e três mil, centos e quinze euros), que transitar para o ano corrente.-----

-----Os gastos em despesas correntes foi de 770 891,99€, sendo que as rúbricas que têm maior valor são as que se destinam ao pagamento a colaboradores desta autarquia, quer sejam funcionários, quer sejam técnicos que prestam serviços na área da saúde. Em relação a este aspeto, lembrou a sra Tesoureira, que foi uma opção deste executivo contratar funcionários para o trabalho externo em virtude da transferência de competências que entrou em vigor em 2020. Neste sentido, as despesas com pessoal aumentaram de forma significativa, mas o valor na aquisição de serviços teve um ligeiro decréscimo, sendo que, neste momento, apenas se recorre à aquisição de serviços especializados, pontualmente, na área da jardinagem.-----

-----A sra Tesoureira fez referência ao facto de a execução orçamental da despesa ter sido de cerca de 57%.-----

-----No que se refere ao investimento este ascendeu a 243 318,76€, o que equivale a uma taxa de execução de 34.9%.-----

-----Após este período de apresentação do documento, o presidente da assembleia abriu um período de inscrições para intervenções, considerandos ou pedido de esclarecimentos, tendo registado alguns pedidos de inscrição.-----

-----O membro Guilherme Portada (PS) referiu que a baixa taxa de execução explanada no documento em apreciação, não é mais do que a falta de visão que este executivo tem para com a freguesia.-----

-----O membro Rui Ribeiro (CDU) referiu que após a análise do relatório de contas fica patenteado a falta de investimento na freguesia e que deveria ter sido feito mais para a melhoria das condições de vida da população.-----

-----O membro Adérito Silva (PS) refere que a taxa de execução é relativamente baixa, mas também frisou que a mesma está de grosso modo, em linha, com as taxas de investimento realizadas em várias Juntas de Freguesia recomendando que esta taxa suba mais de forma a apostar-se em mais projetos e obras que sirvam a população.-----

-----O presidente da Junta de Freguesia, Bruno Lage, referiu que o facto de se ter investido um valor aparentemente baixo em termos percentuais não significa que não se tenha feito muito, como aliás está explanado no relatório de Gestão e que ver esta questão apenas pela taxa de execução é errada, pois no limite, se a Junta de Freguesia adquirisse, por exemplo, um imóvel no valor de setecentos mil euros e não fizesse mais nada durante todo o ano, não queria acreditar que estaríamos aqui a aplaudir o executivo em virtude de estarmos a apresentar uma taxa de execução perto dos 100%, pois o valor do imóvel representaria quase toda a verba disponível em orçamento para investimento. Aliás, deixou claro que o investimento no ano dois mil e vinte foi de quase duzentos e quarenta e cinco mil euros, valor que não considera assim tão baixo para a realidade de uma Junta de Freguesia e que é fundamental deixar sempre uma almofada financeira para que a Junta de Freguesia possa responder sem preocupações em momentos de necessidade, aliás como aconteceu durante o ano dois mil e vinte e que está a acontecer nos primeiros meses do presente ano, onde as receitas caíram a pique e fez-se por isso uma gestão muito rigorosa das despesas, mas sem descuidar o investimento em benfeitorias e manutenção do espaço público. Mais referiu, que uma taxa de execução na casa dos 100% significaria que toda a verba disponível e que se foi acumulando ao longo de vários anos teria sido gasta neste ano, o que do ponto de vista deste executivo não seria sensato. Para terminar deixou alguns exemplos de obras

executadas por esta Junta de Freguesia, apesar de as mesmas estarem referenciadas no documento em apreciação neste ponto, nomeadamente o alcatroamento de um caminho público, a execução de catorze passadeiras sobrelevadas nas zonas do Arneiro, Patacão e Mar e Guerra, a manutenção e pintura de quase quinhentos bancos, a reparação de troços de caminhos e estradas municipais com alcatrão frio, a pintura de quase cinquenta passadeiras cuja pintura estava esbatida, a intervenção ornamental nas palmeiras da cidade com o corte do seu capitel, o tratamento fitossanitário por endoterapia em mais de seiscentas árvores da cidade, a colocação em vários pontos da cidade de cinzeiros exteriores, a instalação de equipamentos fitness e mesas de lazer em vários pontos da cidade, a colocação e construção de abrigos de passageiros de autocarros, a colocação de balizas refletoras em vários pontos críticos nas estradas da freguesia, o arranjo urbanístico no Largo do Carmo, devolvendo a dignidade merecida a este ponto da cidade, a produção de uma App designada “Viver Faro”, as diversas publicações, o vídeo promocional e a distribuição de máscaras por toda a população. Por isso, na sua opinião e na opinião do seu executivo houve muito trabalho feito, houve muita obra executada e não querer ver isso e ver os números e o trabalho realizado da forma como alguns membros estão a apresentar nesta Assembleia é algo redutor.-----

-----Não havendo mais inscrições, o referido documento foi colocado a votação tendo sido **aprovado por maioria, com nove votos a favor** (7 votos do PSD e 2 do CDS) e **oito abstenções** (7 do PS e 1 da CDU).-----

-----O presidente da Assembleia deu entrada no ponto quatro da ordem de trabalhos, tendo a Sr.ª Tesoureira, Elisabete Vargues, feito uso da palavra para apresentar o documento em questão.-----

-----O membro da CDU, Rui Ribeiro, solicitou o esclarecimento das verbas em algumas rúbricas, fazendo também alguns considerandos ao documento apresentado.-----

-----O membro do PS, Adérito Silva, colocou algumas questões e teceu algumas considerações sobre as verbas propostas em algumas rúbricas.-----

-----Não havendo mais inscrições, as questões levantadas foram esclarecidas pelo presidente da Junta de Freguesia e pela Sr.ª Tesoureira. Após os esclarecimentos, o referido documento foi colocado a votação tendo sido **aprovado por maioria, com nove votos a favor** (7 votos do PSD e 2 do CDS) e **oito abstenções** (7 do PS e 1 da CDU).-----

-----Uma vez chegados ao ponto cinco da ordem de trabalhos, o presidente da Assembleia deu a palavra ao presidente do executivo, Bruno Lage, que apresentou o relatório referente à Informação Escrita acerca da atividade e situação financeira da União das Freguesias de Faro, nos termos da alínea e) do nº 2 do art.º 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro na redação atual, para o período compreendido entre 5 de dezembro de 2020 e 6 de abril de 2021, das quais destacou as mais relevantes. -----

-----Assim, ao todo, referiu-se a quarenta e três pontos que considerou serem as atividades de maior relevância ao longo dos últimos meses, destacando a Publicação do livro Faro – Terra Mãe, a Pintura de quase cinquenta passadeiras, a entrega de Cabazes de Natal, o alcatroamento de caminho na zona de Mata Lobos, o Tradicional passeio de kayak na Ria Formosa no primeiro dia do ano, que ocorreu em parceria com o Sport Faro e Benfica, a recuperação e pintura de bancos na cidade, a entrega de Compostores nas Escolas do 1º ciclo da freguesia, a publicação do Guia das Árvores de Faro, a construção de quatro abrigos para autocarros na zona do Rio Seco, Areal Gordo e Virgílios, a manutenção de Jardins e Espaços Verdes da cidade, a publicação dos Anais da União das Freguesias de Faro 2019, o Tratamento de árvores por Endoterapia, que este ano chega

às oitocentas árvores, a reconstrução de Valas e Linhas de Água para evitar cheias e inundações na área rural da freguesia, a colocação de Abrigos para Gatos, no âmbito do orçamento participativo, a entrega dos prémios da 2ª edição do Concurso literário "Elviro da Rocha Gomes", o apoio na entrega ao domicílio de compras de bens alimentares e de medicamentos, a continuação dos serviços de Enfermagem ao domicílio, a distribuição semanal de cabazes alimentares, a presença na Comissão Municipal de Toponímia, a presença no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Afonso III, a presença na reunião do NPISA, a presença no plenário da CPCJ, a Distribuição de Cabazes da Páscoa, a elaboração da candidatura ao programa ECO-FREGUESIA XXI, a instalação de Ninhos e abrigos de insetos nos jardins da cidade, a entrega do prémio Ensaio Histórico da União das Freguesias de Faro, a construção de um Mini campo de futebol no Parque Ribeirinho, a instalação de um campo de voleibol no Parque Ribeirinho, a instalação de Equipamentos Urbanos de Desporto e Lazer, a instalação de mesas de lazer no Parque Ribeirinho de Faro, o Dia Mundial da Água assinalado junto das Escolas do 1º ciclo, a entrega de um veículo elétrico no Núcleo da Culatra, no âmbito do orçamento participativo, os serviços de Apoio ao Preenchimento de IRS, a intervenção ornamental nas palmeiras da cidade, a comemoração do Dia Mundial da Árvore e da Floresta, o apoio quinzenal no transporte de bens alimentares ao Sócio-Caritativo da Paróquia de São Pedro, a Colocação de cinzeiros exteriores em várias ruas da cidade, a execução de Passadeiras Sobrelevadas nas zonas do Rio Seco, Areal Gordo e Virgílios, a desmatção de caminhos e estradas municipais, a Aquisição de material de saúde, o Apoio a Clubes e Associações e por fim referencia às consultas e atividades do Espaço Saúde desta União de Freguesias.-----

-----Uma vez finda a apresentação, o presidente da assembleia perguntou se havia alguma questão ou comentário que quisessem colocar, o que não veio a verificar-se.----

-----Chegando ao último ponto da ordem de trabalhos referente à apreciação e votação de atas, o presidente da assembleia referiu que as mesmas foram enviadas já um pouco em cima da hora, mas que explanavam o que de importante se tinha passado nas reuniões de assembleia em causa e que tinha solicitado contributos aos membros das bancadas, tendo sido recebidos alguns contributos que foram acrescentados às mesmas.-----

-----O membro do PS, Guilherme Portada, pediu mais algum tempo para poder analisar o teor final das mesmas e que em duas delas tinha alguns pedidos de alteração a serem feitos, tendo narrado uma das alterações que pretendia efetuar, o que foi rejeitado pelo presidente da Assembleia.-----

-----O membro da CDU, Rui Ribeiro, também pediu mais algum tempo para poder analisar as atas, porque pelo menos em uma, fez intervenções que não estão mencionadas. O presidente da Assembleia voltou a frisar que as atas já tinham vindo a aprovação e que não foram votadas exatamente para permitir que as mesmas fossem complementadas com contributos que os membros pretendessem fazer, deixando claro que até hoje, não chegou qualquer contributo, à exceção do membro Paulo Botelho (PSD) que enviou à mesa algumas notas e que não podemos estar indefinidamente nesta situação, até porque já passou muito tempo desde que os contributos para complementar as atas foram pedidos. Posto isto, deu a palavra ao membro do PSD, Paulo Botelho, que referiu que as propostas que tinha a fazer às atas e que teve a oportunidade de as enviar, foram acolhidas pela mesa pelo que nada tinha a objetar às mesmas.-----

-----Assim sendo, o presidente da Assembleia colocou a votação a ata número dois, que **foi aprovada, com 11 votos a favor** (7 do PSD, 2 do CDS e 2 do PS) e **seis votos contra** (5 do PS e 1 da CDU).-----

-----Seguidamente colocou a votação a ata número quatro que **foi aprovada, com 11 votos a favor** (7 do PSD, 2 do CDS e 2 do PS) e **seis votos contra** (5 do PS e 1 da CDU).---

-----Colocando a votação a ata número cinco, a mesma **foi aprovada, com 11 votos a favor** (7 do PSD, 2 do CDS e 2 do PS) e **seis votos contra** (5 do PS e 1 da CDU).-----

-----Colocando a votação a ata número seis, a mesma **foi aprovada, com 11 votos a favor** (7 do PSD, 2 do CDS e 2 do PS) e **seis votos contra** (5 do PS e 1 da CDU).-----

-----Colocando a votação a ata número dez, a mesma **foi aprovada, com 11 votos a favor** (7 do PSD, 2 do CDS e 2 do PS) e **seis votos contra** (5 do PS e 1 da CDU).-----

-----O membro da CDU, Rui Ribeiro, pediu a palavra para manifestar o seu desacordo e indignação pela forma como o processo de elaboração das atas está a ser gerido.-----

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da Mesa.-----

ANEXOS:-----

- Moção, Voto de Louvor e Votos de Pesar números 1, 2, 3, 4, 5-----

- Documentos de Prestação de Contas – Relatório de Gestão do ano de 2020;-----

- Documento com a 1ª revisão Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa de 2021 e ao Plano Plurianual de Investimento de 2021;-----

- Apreciação da Informação escrita do Presidente acerca da atividade e situação financeira da União de Freguesias de Faro (Sé e S. Pedro)-----

-----**Presidente da Assembleia - Joaquim Eduardo Gonçalves Teixeira**-----



-----**1º Secretário – Michael Salvador Ferrada**-----



-----**2º Secretário - Sandra Maria Barão Teixeira**-----

